



OS SEM-CONTA

As histórias e o dia-a-dia de gente como Cristiana, Roberto, Antônio ou Senhor José, algumas das 100 milhões de pessoas sem acesso a banco no país

Por Beatriz Rey

Todos os dias, muitos maranhenses, cariocas, capixabas, baianos e amazonenses passam seus cartões de débito ou crédito na hora de pagar um almoço. Diariamente há paraibanos, gaúchos e mineiros em filas de caixas eletrônicos para sacar o dinheiro da condução, do lanche da tarde ou de uma conta a ser paga. É também comum ver muitos paulistas se cruzarem uma vez por semana ou uma vez por mês em supermercados econômicos espalhados pelas cidades – a forma de pagamento é a mesma: cheque, cartões de crédito ou débito ou dinheiro recém-sacado do caixa eletrônico?

Só no ano passado foram realizadas quase 12 bilhões de transações bancárias entre saques, depósitos, transferências, contas, boletos, resgates e investimentos. As transações bancárias realizadas nos caixas das agências bancárias chegaram a aproximadamente 3,7 bilhões, e no mesmo período os cheques compensados chegaram a 1,7 bilhões. Há também aqueles que usaram a internet para realizar suas operações financeiras: entre as pessoas físicas, 3,2 bilhões foi o montante de transações no mesmo ano.

Enquanto esses brasileiros disputam lugares nas filas dos caixas eletrônicos ou dos supermercados com seus cartões em punho, a empregada doméstica Cristiana Honorata da Conceição, de 26 anos, carrega no bolso ou deixa em casa o dinheiro que recebe das duas patroas para as quais trabalha. Cristiana é paulistana, mora na Piraporinha, periferia de São Paulo, na casa que divide com seu marido, Siderlan, e os filhos Tatiane, de 7 anos, e Jonatan, de 2, localizada na Rua José Marmol, número 158 – ela logo se corrige: “Não é casa, são dois cômodos: um quarto e uma cozinha”. E o banheiro? Ela ri. “É verdade, tem o banheiro!”.

“Com o modelo de correspondente, eliminamos barreiras psicológicas, como a porta giratória para entrar, que incomoda essa parcela da população”, diz o diretor do Lemon

O marido está desempregado, o que reduz a renda mensal da família a R\$ 460,00. Em todos os dias da semana, menos às quartas-feiras, ela sai da Piraporinha e vai ao Jardim Marajoara, bairro de classe média onde se reveza entre as patroas Rita e Cristina. “Gasto R\$ 220 com aluguel, luz e água, e R\$ 150 com a escola das crianças. O que sobra eu vou no mercado e compro comida”, relata. Cristina não tem conta no banco. “Eu já tentei abrir conta no Bradesco e no Itaú, mas tem que ter no mínimo 100 reais. Não consigo juntar esse dinheiro”, suspira.

Cristiana é uma das 100 milhões de pessoas sem acesso a banco no Brasil – os “sem-conta”, como ficaram conhecidos. São 25 milhões de famílias excluídas do sistema financeiro formal. Numa terra em que um mesmo bairro pode comportar realidades semelhantes às da Suíça e às do Haiti, o número não é digno de tanto espanto. A verdade é que há brasileiros que simplesmente ignoram os termos “depósito”, “saque”, “cartão de débito”, “doc” e “cheque”.

“Nunca tive, nem eu nem meu marido. Recebo em dinheiro, vou lá e pago o aluguel direto para a proprietária, a escola direto para a dona da escola e o supermercado com o dinheiro”, explica a empregada doméstica, morena de cabelos e olhos negros. Na vida, a coisa que Cristiana lembra de sentir falta ao ser questionada é levar os filhos para passear. Como o dinheiro é escasso, acaba ficando em casa, com a televisão que ganhou de uma das patroas. “Sabe o que eu acho? Que se tivesse uma conta, o dinheiro ia render mais. É porque você acaba não pensando às vezes, se tivesse um impedimento, sei lá”. Cristiana conta uma novidade: pode ser que suas quartas agora também estejam preenchidas, já que uma das patroas arranhou uma imobiliária que precisa de uma diarista. “Aí o dinheiro é mais, né, porque o espaço é maior. Vou cobrar 50 reais!”, anima-se.

A base da pirâmide social

Mais, muito mais cristianas. Com essa mentalidade e impulsionados pelo próprio Banco Central, entidades financeiras como o Banco do Brasil e o Lemon Bank decidiram investir na chamada “base da pirâmide social”, como são conhecidas as cristianas no jargão banqueiro. A idéia é simples: apostar no modelo de

correspondente não bancário. No caso de Cristiana, o Lemon Bank criaria, por exemplo, uma agência no mercado em que ela frequenta, numa tentativa de aproximar a doméstica do banco e eliminar obstáculos ao seu acesso, como a distância.

Há agências espalhadas por farmácias e supermercados, entre outros, no Brasil inteiro, nas quais trabalha um funcionário do estabelecimento em questão ou do banco. Nelas, contas podem ser pagas, celulares recarregados, depósitos ou saques efetuados, além de outros serviços. “Com o modelo de correspondente, eliminamos até mesmo as barreiras psicológicas, como a porta giratória de vidro para entrar, que incomoda essa parcela da população”, explica Gilberto Salomão, diretor geral do Lemon Bank, pioneiro na iniciativa. Há cinco anos o banco investiu nessa camada social, alcançando hoje 2,5 milhões de clientes.

É assim mesmo que Salomão gosta de chamá-los: clientes. “São clientes porque fazemos negócios com ele. Não há privilégios de taxa, por exemplo”, explica. 90% dos clientes do Lemon vivenciam a primeira experiência financeira; 100% das pessoas com conta corrente nessa instituição financeira estão no Nordeste; 60% desse público trabalha no mercado informal e não tem como comprovar renda; e 72% deles também experimentam a sensação de obter crédito pessoal pela primeira vez. A Conta Brasil, oferecida a qualquer brasileiro pelo Lemon, não exige burocracia, comprovação de renda ou consulta ao Serasa ou SPC – basta apresentar o RG, comprovante de residência e CPF. “Nós redesenhamos o ‘produto banco’ para esse público, e estamos explorando esse canal”, garante Salomão.

A máquina de silk screen

Peruíbe é uma cidade localizada no litoral sul de São Paulo, que vive basicamente de turismo. O fim do ano (ou a alta temporada) é aguardado ansiosamente pelos artesãos que têm ponto fixo na praça central da cidade, ou seja, os quiosques de artesanato. Ou então por aqueles que mandam material para os quiosques e lojas da cidade. Roberto Braga de Oliveira, artesão, tem 35 anos, uma filha de 10 anos chamada Camila e uma mulher de 35 anos chamada Ivanete. A família mora na conhecida

“rua da feira de domingo”, nome dado à Rua João Bechir, na região central de Perúibe, que abriga um canteiro de árvores entre a mão que vai e a mão que vem.

No dia 27 de outubro, Roberto estava na casa do patrão, também artesão, para entregar alguns tamancos que terminara. Ele dá o acabamento final nos calçados e recebe 0,20 centavos pelo par, o que mensalmente significa R\$ 280 – ele afirma dar acabamento a cinquenta pares de calçados por dia. O outro meio de sobrevivência de Roberto é a máquina de silk screen que ele comprou há cinco anos. A máquina faz estampas em camisetas e adesivos, segundo o artesão. “No último trabalho que peguei, cobre mais caro, enfiei a faca mesmo: foram 400 reais para 100 adesivos”, ri. Roberto também conta com a renda da mulher, que revende produtos da Natura e lingerie, para complementar o orçamento. “Um barão, mais ou menos isso”, diz, referindo-se a mil reais.

O artesão não tem conta no banco. Já teve há mais ou menos cinco anos, quando resolveu pedir empréstimo ao banco sem saber bem o valor dos juros – hoje seu nome está sujo, no Serasa. “Perdi o controle. Não cheguei nem perto de pagar ainda, mal ganho para manter a casa”, explica. O dinheiro era um “investimento em sua firma”, ou seja, a compra da máquina de silk screen. “Eu não vou pagar tão cedo. Não vou tirar do meu sustento pra pagar o banco, né? Mas é uma judiação. A única coisa que eu tenho de bom é o meu nome, e ele está sujo”, diz.

Prestações altas e o pão de cada dia

Na Rua Volta Redonda, 341, na cidade paulista de Embu, mora o senhor José Luiz Marques, de 51 anos. Quando tinha 18 anos, o senhor José costumava ir à loja dos chineses vizinhos de sua casa. Aprendeu a vender observando os orientais negociando bolsas e chinelos.

TEMPERAMENTO E TIME DE ITALIANO, MAS PORTUGUÊS

Às 10 horas da manhã de uma quarta-feira úmida em São Paulo, seu Antônio está sentado no banco de couro vinho de sua barbearia, olhando para si mesmo através do espelho, localizado à sua frente. Mãos apoiadas no assento, ele veste o mesmo uniforme de todos os dias: um avental azul royal, uma calça de linho preta, meias pretas e um par de chinelos Rider preto.

De onde está, ele observa também os seus dois passarinhos, colocados logo na entrada da barbearia, no topo da parede, mas não consegue enxergar os outros três

Trabalhou como vendedor até 1990, quando o então presidente Fernando Collor “roubou seu dinheiro”, como ele mesmo diz. Senhor José partiu, então, para o ramo no qual está hoje: é engraxate da Rua Pedroso de Moraes com a Avenida Teodoro Sampaio, na zona oeste de São Paulo. Entre 4h e 5h da manhã, ele sai da sua casa no Embu e vai ao seu ponto em São Paulo, onde fica até as 14h. Mas o trabalho não acabou, ele diz. Na sua casa, arruma os calçados dos milhares de executivos que transitam pela Pedroso e pela Teodoro e precisam estar sempre arrumados. “Raramente tenho clientes pér-rapados”, confessa.

Senhor José ganha mais ou menos R\$ 1.200 por mês, e desconta os R\$ 400,00 que paga à sua funcionária Liliane, responsável pela entrega de calçados “esquecidos” por seus donos. Os R\$ 800 restantes andam com o engraxate ou ficam em sua casa. Ele não tem conta no banco porque foi inadimplente em todos em que já teve conta: Bradesco, Real, Itaú e “aquele banco japonês que foi vendido, o América do Sul”, referindo-se ao atual Sudameris. Senhor José tem o cabelo grisalho, olhos azuis, bigode branco e amarelado no centro, e as mãos sujas de graxa. Ele gesticula. “Agora tô pagando o Bradesco, e quero voltar pra ele. É o banco do povo. Tem as menores taxas”, declara.

Ele diz que o dinheiro, quando está no banco errado, some da conta. Mas também não consegue juntar dinheiro ganhando em dinheiro vivo. “Não dá. É muita coisa pra pagar!”, explica. Sentado num banquinho, com os pés quase escondidos pelos sapatos de salto agulha e os sapatos brilhantes dos executivos paulistanos, ele confessa: “Essa profissão é boa porque eu levo o pão de todo dia. Não dá pra fazer prestação alta, mas não deixo de comer”.

localizados na parte de trás da barbearia; pode ver sua vitrola, enorme, e, ao seu lado, uma estátua pequena de São Jorge, seu santo protetor; pode, ainda, lembrar de seu sócio que lhe deixou uma herança nada agradável há 41 anos: uma estrutura de metal quebrada, acoplada na parede, cuja função em outras épocas era de receber cuspes das pessoas. “Você cospe e dá uma descarga e o cano leva pra pia, aí do lado”.

Mas o silêncio matinal no qual seu Antônio se encontra naquele momento é interrompido por uma jovem que

passa em frente ao local, e grita: “Bom dia, seu Antônio!” Ele meneia a cabeça para baixo, esboça um sorriso e volta a se olhar no espelho. Enxerga um homem que beira os 60 anos, com a barriga levemente saliente, bigode e cabelos grisalhos, com cara, temperamento e time de italiano – o Palmeiras –, mas descendente de portugueses.

É raro encontrar o barbeiro trabalhando pelas manhãs. Mais raro ainda é encontrá-lo assim, parado. Durante os 28, 30 ou 31 dias do mês, seu Antônio atende uma média de 200 clientes, que o procuram para cortar o cabelo, aparar a barba ou limpar totalmente o rosto. Esses serviços lhe rendem, mensalmente, R\$ 2.000,00. Depois de ir ao banco – irritado – para pagar o boleto do aluguel de sua barbearia, os R\$ 900,00 restantes têm um destino: uma gaveta em sua casa. Antônio Rodrigues, 64 anos, 52 deles dedicado ao ofício e 41 vividos diariamente naquele ambiente, casado há 33 anos com Maria e pai de duas filhas, odeia três coisas na vida: governo, imobiliária e banco. “Deixei de ser trouxa”, começa sua explicação, “vou dar minha merreca pra esses boçais? Eu tenho cara de magnata? De banqueiro? O que eu tenho é cansaço no lombo, filha”, sentencia. Seu Antônio enumera inúmeras justifica-

que eu vou dar o meu suor pra eles? Não sou trouxa!” Para ele, o método de tortura aplicado no filme *Tropa de Elite*, de José Padilha – ele guarda uma cópia pirata numa gaveta de sua barbearia – se adequaria bem aos banqueiros. E aos bandidos, claro. “O ser humano é mentiroso. A verdade é que as pessoas não prestam. Não se salva uma só pessoa na Terra”, sentencia novamente. A forma de pagamento na sua barbearia é uma: dinheiro vivo. “O que eu já peguei de cheque sem fundo... E os caras do banco podiam ao menos dizer: não, o idiota te passou um cheque sem fundo? Nós vamos te dar o dinheiro e iremos atrás dele. Mas não, você volta pra casa sem dinheiro”, diz.

Seu Antônio também não tem nenhum tipo de afeto pelo “Sapo Barbudo”, que é como chama o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem cobra: “Como não sabia de nada? Você é presidente, tem que saber mais que o povo!” Gosta de Paulo Maluf, ex-prefeito de São Paulo e conhecido por suas obras superfaturadas, porque ele “rouba trabalhando”. “Esses que tão aí agora só tiram do imposto”, diz. Ama o Palmeiras. Na sua barbearia, há três quadros do time, um de 1993, outro de

“Eu tenho sentimento, minha filha. Não sou 100% assim. É que tudo isso me revolta”, confessa seu Antônio

tivas para sua repulsa. “Trabalho pela arte de cortar cabelo. Eles não trabalham e tiram o dinheiro da gente. Quem trabalha nessa vida não fica rico; vive”, diz.

Ele lembra da história de uma agência do Bradesco localizada na Alfonso Bovero, na Pompéia, perto de sua casa. Há algum tempo, velhos e crianças se encontravam em frente ao lugar para andar de bicicleta e tomar sol. “Os banqueiros viram isso e cimentaram tudo. O que ficou? O trilho pra levar o dinheiro no coche.” Seu Antônio sente falta disso: da época em que era criança, e que brincava na casa de seus pais, na Rua Rodésia, na Vila Madalena. Vaqueiro, já que naquela época a Rodésia era puro mato, Bernardo levou o filho à barbearia de um amigo porque não conseguia pagar mais a escola. O pequeno Antônio precisou aprender a cortar cabelos sem ter vontade. “Mas nós eramos felizes. Dormíamos com a porta aberta, sabe? Não existia a palavra ladrão. Existia amor e vitalidade”, recorda.

O barbeiro já teve conta em três bancos: Bamerindus, Itaú e Nossa Caixa. Odeia os três. Invariavelmente os banqueiros são, para seu Antônio, “malditos”, “boçais”, “movidos a ganância” e “dementes”. “Você acha

1970 e outro de 1965, à época da despedida do “Ademir da Guia”, maior ídolo da história do time. Enquanto trabalha, escuta rádios que noticiam esporte. No dia 31 de outubro, prometeu que se o Flamengo fizesse um gol contra o Corinthians em um jogo do Campeonato Brasileiro, ele soltaria fogos, muitos fogos. “Deixa o Mengo fazer um gol pra você ver!” (o Flamengo venceu de virada, por 2 a 1).

Ao final de um dia cansativo, quando o relógio registra 10 horas da noite, seu Antônio dobra uma toalha, guarda seus instrumentos de trabalho e troca a água de seus passarinhos. Preocupado, ele afirma não ser uma pessoa assim, que fala palavrões e se revolta. “Eu tenho sentimento, minha filha. Não sou 100% assim. É que tudo isso me revolta”, confessa. Lembra da morte de seu irmão, Nelson Rodrigues. Explica que há três espécies de passarinhos ali: canarinho, curió e colarinho. E, em tom surpreso, como quem se mostra indefeso mas quer se mostrar homem – e vivo, já que a idade traz uma sabedoria única nesse mundo – ele diz, referindo-se às varizes estouradas em sua perna, e ao medo de ir no médico: “Eu tenho medo da dor. Mas quem não tem?”